



Os Desafios e perspectivas sobre o Novo Ensino Médio em uma escola pública de Manaus: um relato de experiência como pesquisadora

Petty Keila Ribeiro dos Santos^a, Josefina D. Barrera Kalhil^b

^aMestranda em Educação – UEA- pkrds.edc22.edu.br

^bDoutora em Ciências Pedagógicas- e jbkahil@uea.edu.br

ARTICLE INFO

Recebido: 26 de setembro 2023

Aceito: 10 de novembro de 2023

Disponível on-line: 30 de novembro de 2023

Palavras-chave: Educação, Desafios, Experiência

E-mail: pkrds.edc22.edu.br
jbkahil@uea.edu.br

ISSN 2007-9842

© Instituto de Educación en Ciencias A.C.

ABSTRACT

Este artigo deu-se em consequência da realização da pesquisa de campo que está sendo realizada para a conclusão do Mestrado de Educação – PPGED-UEA, que nos motivou mostrar a mudança que foi realizada a partir da Lei nº 13.415/17 nas escolas brasileiras públicas e particulares. Nossa pesquisa está sendo realizada em uma escola pública na capital do Estado do Amazonas, pois as modificações trazidas devem ser implementadas em todo território nacional, porém sabemos que as práticas em sala de aula são totalmente distintas, dessa forma surge o nosso interesse em conhecermos a realidade de professores e alunos frente as transformações oriundas com o Novo Ensino Médio. Como estão suas práticas de sala de aula com essa modificação é o que nos motiva a pesquisa científica, então nosso problema científico consiste em conhecer os desafios que o Novo Ensino Médio tem apresentado no processo ensino-aprendizagem com professores e alunos do 1º ano em uma escola pública da cidade de Manaus. Dessa forma enquanto professora-pesquisadora nos deparamos com nossas próprias questões durante a realização da pesquisa, os desafios que estão sendo apresentados para realizar a pesquisa de campo nos fazem analisar que a realidade de uma escola está além daquilo que é determinado em lei. Usando do método qualitativo nossa pesquisa discorre de forma a proporcionar novas perspectivas acerca da experiência enquanto professora e pesquisadora.

This article was a result of the field research being carried out towards the completion of the Master of Education – PPGED-UEA, which motivated us to show the change that was made following Law nº 13.415/17 in Brazilian schools public and private. Our research is being carried out in a public school in the capital of the State of Amazonas, as the changes brought must be implemented throughout the national territory, however we know that practices in the classroom are totally different, thus our interest in knowing the reality of teachers and students facing the transformations arising from the New High School. How are your classroom practices with this modification is what motivates us to do scientific research, so our scientific problem consists of knowing the challenges that the New High School has presented in the teaching-learning process with teachers and 1st year students in a public school in the city of Manaus. Thus, as a teacher-researcher, we are faced with our own questions during the research, the challenges that are being presented to carry out the field research make us analyze that the reality of a school is beyond what is determined by law. Using the qualitative method, our research aims to provide new perspectives on the experience as a teacher and researcher.

I. INTRODUÇÃO

O Novo Ensino Médio é uma forma de aprendizagem determinada por áreas de conhecimento que segundo seu propósito permitirá ao jovem optar por uma formação técnica e profissionalizante. Ao final do ensino médio o aluno receberá além do certificado do ensino médio regular também o certificado do curso técnico ou profissionalizante que cursou.

Mostramos aqui um panorama do Novo Ensino Médio com as principais alterações que ele trouxe, e principalmente como ele se apresenta a partir de relatos de professores, propondo assim uma discussão dos pontos-chaves da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim também como as compreensões dessas mudanças para os estudantes. A Reforma que vêm ocorrendo nesse nível de estudo do ensino brasileiro nos leva a refletir sobre a importância do presente estudo que tem o objetivo de apresentar os desafios vividos por professores e alunos em uma escola da rede pública na cidade de Manaus. A singularidade da pesquisa científica exposta nesse artigo está na necessidade de se pensar o que os documentos oficiais nos apresentam como base de orientações para se aplicar o Novo Ensino Médio no Estado do Amazonas e que desafios de fato acontecem no cotidiano escolar dos alunos e professores a partir dessas exigências documentais colocadas em lei.

Dessa maneira a referida nota científica será desenvolvida nas seguintes etapas: 1) Primeiramente apresentaremos o marco teórico; 2) Breve linha cronológica da Educação e do Ensino Médio Brasileiro; 3) O Ensino Médio e sua transformação em Novo Ensino Médio; 4) O Novo Ensino Médio no Amazonas; 5) Percurso metodológico; 6) Relato de experiência.

II. MARCO TEÓRICO

Para iniciarmos nossa pesquisa foi necessário construir o marco teórico através do princípio e para isso o estudo sobre currículo é fundamental para nossa pesquisa, visto ser ele o âmago de todas as mudanças que acontecem a partir da Reforma do Ensino Médio para o surgimento do que hoje conhecemos como Novo Ensino Médio, dessa forma trataremos conceitos de currículo a partir de teóricos que nos mostrem seus conceitos e aplicações.

O termo currículo possui muitas definições, mas em comum elas possuem a conceituação de que ele é tudo que uma sociedade considera fundamental que os alunos estudem ao longo de sua trajetória escolar, sendo um documento que regulamenta o que se compreende como os objetivos do processo ensino-aprendizagem e as habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos e responsável por orientar o trabalho dos professores para concretizar esse processo.

Como dito inicialmente, o currículo é o fio condutor de tudo aquilo que será feito em sala de aula inserido em cada disciplina, e para pensarmos sobre isso, primeiramente temos que conhecer o significado de currículo de acordo com três dos nossos teóricos que pesquisam o tema com profundidade. Sacristán nos mostra a raiz da palavra, onde “O termo currículo deriva da palavra latina *curriculum* (cuja raiz é a mesma de *cursus* e *currere*)” (SACRISTÁN, 2013, p.16). É importante observarmos que a palavra em sua terminologia sinaliza na sua construção histórica a carreira, termo constituído na história romana, mostrando qual o caminho que deveria ser percorrido, seria o fio condutor da vida.

A partir disso, o presente capítulo se dispõe a esmiuçar os aspectos relacionados aos teóricos que promovem estudos sobre currículo para nos aprofundarmos sobre os conceitos e ideias acerca do tema, pois ele trata da construção de conhecimento, e para termos compreensão do que estamos estudando, é necessário sistematizar os passos para que nos levem a observar a ideia do que é fundamental para a construção dos conteúdos que serão ministrados. O Novo Ensino Médio está diretamente ligado à linha de pesquisa que trata da Formação de professores e às práticas educativas em um contexto amazônico, que será pesquisado em uma escola pública na capital do Amazonas.

Os teóricos Sacristán, Coll, Saviani, nos fazem refletir sobre as implementações e ações que são executadas pelo currículo, desde a ideia de concepção de educação na visão ocidentalizada e implementada no estado brasileiro. Como vemos: “O currículo tem sua história, e nela podemos encontrar vestígios de seu uso no passado, sua natureza, e a origem dos significados que, hoje, o termo possui.” (SACRISTÁN, 2013, p. 16). Observamos aqui que o currículo está na construção, como esqueleto do próprio processo ensino – aprendizagem. Dessa forma, vemos que o estudo sobre ele é primordial para entendermos as modificações que estão sendo executadas, nos referimos aqui ao Novo Ensino Médio. Pois Sacristán ainda nos diz:

“Por outro lado, o currículo tem o sentido de constituir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo.” (Sacristán, 2013, p. 16)

Dermeval Saviani, nos mostra a concepção de currículo na Pedagogia Histórico- Crítica, onde nos apresenta o debate acerca do conhecimento objetivo e sobre o saber sistematizado, ambos de grande importância e que se encontram no centro das discussões do teórico em questão. É necessário o entendimento sobre as características da educação e do trabalho educativo, para a partir daí buscarmos compreender as suas especificidades, seus objetivos e suas perspectivas. Dessa forma, Saviani (2013, p. 11), no texto “Sobre a natureza e a especificidade da educação”, abre o debate sobre currículo escolar indicando o carecimento e a importância de determinados conteúdos que devem ser entendidos pelos indivíduos através de maneiras apropriadas de transmissão, onde segundo o autor diz que:

“Assim o objeto da educação diz respeito, de um lado à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.” (SAVIANI, 2013, p. 13)

Na obra de Saviani, vemos sua concepção sobre o currículo mostrando as possibilidades para se pensar sobre ele, buscando o desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica como uma visão da formação humana. Saviani diz que “[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola” (SAVIANI, 2013, p. 15). Essas atividades são essenciais para a escola e devem ser desenvolvidas, objetivando que não percam a sua especificidade. A seleção do conhecimento que será incorporado ao currículo não deve ser feita de maneira aleatória, mas baseada no necessário para o ser humano conhecer e que possa com esses conhecimentos enfrentar os problemas de sua realidade. Já para o professor, cabe problematizar a realidade como parte do método de sua prática pedagógica, pois selecionar conhecimentos está vinculado ao objetivo do processo ensino-aprendizagem, pois implica em definir aquilo que será prioridade.

Saviani, em sua construção de pensamentos, diz que é fundamental analisar o conceito de saber com o objetivo de discutir sobre o currículo na perspectiva histórico-crítica, pois isso indica que é necessário proceder na escola com um conjunto de conhecimentos sistematizados que foram acumulados ao longo da história sobre a realidade da humanidade e que há de ter uma ótica científica, e não do senso comum.

Para o autor César Coll (1997, p. 43), a função principal do currículo e sua natureza de ser, “[...] é explicitar o Projeto – as intenções e o Plano de Ação – que preside as atividades educativas escolares”. A partir deste ponto, podemos observar que o currículo se estabelece por meio de elementos essenciais do processo pedagógico, pois é ele que irá proporcionar o processo de ensino- Aprendizagem. De outro modo, Saviani entende que ele enfatiza o currículo escolar como: “[...] a escrita e o conhecimento científico, colocando a escola como mediadora entre o saber popular e o saber erudito, no sentido de sua superação” (Saviani, p. 29,1991)

Coll, por sua vez, frisa que é necessário entender que o currículo deve ser entendido como “um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre a planejamento e a ação, entre o que é prescrito e o que realmente sucede nas salas de aula.” (Coll, 1997, p.33). Dessa forma, o currículo é o projeto que organiza as atividades educativas escolares, nele estão inseridos princípios distintos que são ideológicos, pedagógicos e psicopedagógicos, que orientam o sistema educacional. Percebemos que o currículo é o orientador do trabalho docente, e para tal, deveria estar aliado aos anseios da realidade dos alunos em suas experiências e vivências.

Coll, propõe um desenho curricular que deve atender a diversidade dos estudantes, esse desenho possui três graus que correspondem em: as decisões que são determinadas na administração central, depois a escola, e por fim ao professor dentro de suas atribuições na sala de aula, observamos também que dentro desse desenho são necessárias as reflexões sobre o que ensinar e os objetivos sobre o que ensinar, ponto esse que está relacionado aos conteúdos que serão selecionados. O autor nos leva a pensar a construção do currículo em pontos a serem pensados: quando ensinar, o que deve se tratar na organização dos conteúdos; e como ensinar, que está diretamente ligado à construção das atividades e a avaliação que trata do quê, como e quando avaliar. Compreendemos que Coll, desenha o currículo com objetivos e conteúdo para orientar a construção do plano de aula, e a partir de aí se elaborar os procedimentos didáticos que levarão à avaliação.

Com esses teóricos conseguimos perceber que o conceito de currículo é muito subjetivo, mas o currículo em suas concepções centra seu surgimento e âmago ao fato de que ele é uma prática conduzida de forma prévia, bem como é o

contexto que o torna efetivo na prática. Esmiuçar o currículo através dessas leituras, leva-nos a devanear o quanto vemos a realidade do currículo um tanto distante da realidade dos professores e alunos, que são aqueles que o tiram do papel e o levam à prática. “O caminho que leva à formulação de uma proposta curricular é mais o fruto de uma série de decisões sucessivas que o resultado da aplicação de alguns princípios firmemente estabelecidos e unanimemente aceitos.” (Coll, 1997, p. 43), a partir dessa citação percebemos que a construção do currículo está ainda em processo de maturação, quando pensado em fator determinante para o processo ensino-aprendizagem, e os autores mantêm essa preocupação em continuar o aprimoramento dessa “massa”.

III. BREVE LINHA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

O Ensino Médio no Brasil é instituído pelo modelo de educação jesuíta e de responsabilidade deles entre os séculos XVI e XVIII, isso aconteceu pois o reino de Portugal não custeava a educação na colônia, e como fazia parte da própria formação jesuítica investir em catequização com o intuito de se aumentar o número de almas católicas no Novo Mundo, mediante o crescimento de outras instituições religiosas na Europa, eles se serviam em educar e conseguir almas para a Igreja Católica. Esse modelo de educação estava sob a responsabilidade do catolicismo, totalmente ligada aos preceitos religiosos, usando da repetição e técnicas de memorização, com formação religiosa rígida e inserida na ética da igreja católica.

“Instalados nas principais vilas da colônia os colégios foram viabilizados porque, em troca dessa tarefa de educar os meninos brancos, a Coroa, já dominada pela burguesia mercantil, ofereceu para o sustento da ação missionária nessas instituições o recurso da redizima...” (HILSDORF, 2002, p. 6)

Dessa forma a História da educação no Brasil já inicia em um modelo fechado na visão missionária do período colonial no Brasil, tendo sido trazido pelos religiosos um método totalmente distinto do que era visto nas aldeias, pois a educação indígena tinha uma organização social onde meninos e meninas tinham tarefas diferenciadas, e classificadas por suas idades, onde meninos de 8 aos 15 anos não dependiam de suas mães e começavam a acompanhar os pais, e as meninas de 7 aos 15 anos passavam a estar mais próximas das mães, que através do exemplo é responsável de ensinar as meninas sobre a plantação, as atividades artesanais e preparo de alimentos; modelo totalmente diferente da educação jesuítica, baseada na repetição como nos sinaliza novamente Hilsdorf em sua pesquisa:

“Baeta Neves também estudou as formas de dominação cultural praticadas pelos jesuítas nos colégios e percebeu que, em comparação com as formas culturais da Aldeia, havia ainda mais rigidez e impermeabilidade: nos colégios, para aculturar seus alunos brancos, os jesuítas usavam as formas da tradição, da repetição, da disciplina rigorosa com castigos físicos, da reclusão, da repressão e da exclusão.” (HILSDORF, 2002, p. 9)

As modificações deste modelo começam em 1759, quando os jesuítas são expulsos da colônia, e quando seu modelo educacional já não era mais do interesse da coroa. A partir desse momento os professores serão indicações vitalícias, mas como esses professores são frutos da educação no modelo jesuítico, seus métodos em relação a ensinar pela repetição e rigidez são os mesmos, outro fator que caracteriza este período é o número de professores reduzidos, por investimentos limitados vindos da coroa.

Por estar inserido numa sociedade elitista, a educação estava constituída em caráter separatista em toda sua estrutura organizacional, sendo um dos seus principais objetivos a preparação da elite para ingressar nas universidades europeias. Havia ainda outra divisão sobre a questão educacional bastante importante, que se tratava sobre a responsabilidade do ensino. O ensino primário e secundário era de responsabilidade das províncias (atuais Estados), enquanto o ensino superior era responsabilidade da Corte, como nos diz Ribeiro em seu resumo “O Ato Institucional de 1834 descentralizou a responsabilidade educacional. Às províncias, caberia o direito de legislar e controlar o ensino primário e médio, e ao

poder central se reservou a exclusividade de promover e regulamentar o ensino superior” (RIBEIRO, 1993, p. 17). É apenas em 1930, com a Revolução de 30, que a educação brasileira terá um órgão que tratará de suas questões, o então Ministério da Educação. Com o decreto 19.851 em 11 de abril de 1931, foram então delineados novos direcionamentos para o ensino secundário no Brasil, com o ministro da educação Francisco Campos.

Durante o período Imperial (de 1821 a 1889), a tarefa do ensino secundário (assim chamado) era essencialmente capacitar o sujeito para ingressá-lo no ensino superior. Para as autoridades regentes nesse período, não era prioridade o ensino técnico profissional, apenas poucas instituições de ensino secundário, como os liceus, em algumas províncias, e o Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro, possuíam essa modalidade, e frequentado majoritariamente por elites econômicas e alunos filhos de professores, alguns órfãos pobres e filhos de militares mortos na Guerra do Paraguai.

Com a Proclamação da República, em 1889, o ensino secundário regular continuava tendo como objetivo o ensino preparar os alunos para o ingresso em cursos superiores. Muitas reformas aconteceram, proporcionando mudança curricular, através da alteração no período de duração do curso e favorecendo a ampliação de instituições privadas de ensino secundário no Brasil.

O Decreto nº 3 19.890 foi complementado pelo Decreto/Lei nº 4. 244 de abril de 1942, foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que vigorou até 1971. Com tal decreto, havia uma divisão entre ensino primário e ensino secundário. O ensino primário era compreendido em quatro anos, e o ensino secundário com duração de sete anos, dividido em duas partes, o ginásio, com quatro anos de duração, e o colegial, com duração de três anos. Sendo necessária a aprovação para ingressar no ensino secundário tendo acesso ao ginásio.

A estrutura do ensino foi alterada com a lei nº 5.692/71, surgindo o então primeiro grau com a duração de oito anos, sendo unificados o ginásio e o primário, procedendo o que conhecemos como segundo grau, que viria a ser a nova nomenclatura do colegial, com duração de três anos. Esta lei dava ao segundo grau a responsabilidade de formar o estudante com uma qualificação profissional a nível técnico com duração de quatro ou três anos para auxiliar técnico, sendo vigente até 1982.

Em 1988 com a redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988, teremos uma nova função da escola e conseqüentemente do ensino médio brasileiro com novas diretrizes, junto à efetivação da Leis de Diretrizes Básicas para a Educação, de 1996.

Nesta nova concepção o ensino médio corresponde aos três últimos anos da educação básica, e junto com ensino infantil e ensino fundamental são responsáveis pela nova modalidade de ensino que a constitui no sistema educacional brasileiro como educação básica, sendo indispensáveis para a cidadania brasileira, tendo como principais documentos que os norteiam: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Plano Nacional de Educação (PNE).

É com a Constituição Federal de 1988 que o Estado tem o dever de garantir o Ensino Médio a toda população. A Constituição de 1988 nos sinaliza que a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio” e determina a garantia de qualidade do ensino, no Artigo 205, onde vemos “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, dando a responsabilidade ao Estado, e a curto prazo, para cumprimento do Ensino Médio. E na LDB, Lei nº 9.394/96, temos uma alteração na redação oficial da Constituição de 1988, de acordo com a LDB o Estado deveria garantir a “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito”. A alteração foi responsável pela restrição dos direitos assegurados pela Constituição Federal, fazendo com que a oferta do Ensino Médio fosse reduzida por parte do Estado. É a ementa constitucional de 1996, que reforça a LDB, que determina a educação no Brasil. Quanto ao Plano Nacional de Educação, na Lei nº 10.172/2001, vemos que terão ao acesso do Ensino Médio aqueles que concluírem o Ensino Fundamental em idade regular, a partir de 2001.

III. O ENSINO MÉDIO E SUA TRANSFORMAÇÃO EM NOVO ENSINO MÉDIO

No processo de construção da vida escolar, o Ensino Médio é a fase transitória entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior, e por isso consiste em um período de mudanças profundas e significativas, pois é nele que o aluno vive um período de preparação para o vestibular, no Brasil a via de acesso as universidades públicas e privadas, no caso dos

alunos oriundos de escolas públicas a garantia de acesso as instituições públicas e gratuitas, consistindo diretamente nas expectativas do aluno sobre sua futura vida profissional. É de responsabilidade do Ensino Médio aprimorar os conhecimentos e habilidades do estudante, inclusive para o mercado de trabalho, de acordo com a Lei de Diretrizes e Base (LDB).

Com a Lei nº 13.415/2017, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sofreu uma alteração que estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio. Passando por uma mudança em sua organização curricular, temos o início em termos documentais ao Novo Ensino Médio, essa Reforma tem seu início modificando o tempo mínimo do estudante na escola, de 800 horas para 1.000 horas anuais e definindo uma nova organização curricular, com características mais flexíveis, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e visando a oferta de novas possibilidades de escolhas aos estudantes, através dos Itinerários Formativos, dando ênfase às áreas de conhecimento onde estão distribuídas os componentes curriculares e também na formação técnica e profissional. Essas mudanças têm como objetivo garantir a oferta de uma educação de qualidade para todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes, levando em consideração as mudanças sociais no mundo do trabalho e as complexidades das novas realidades sociais.

A reforma do Ensino Médio suscitou modificações na proposta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no que se refere a Educação Básica. As questões relacionadas a flexibilidade do currículo através da reforma, visam uma maneira adequada de examinar as práticas do processo ensino-aprendizagem, no que se refere aos professores e alunos na construção de novas práticas trazidas com a implementação do Novo Ensino Médio.

Com o Novo Ensino Médio sendo posto em prática, são necessárias reflexões pertinentes a respeito dos desafios que permeiam sua execução, percebe-se a necessidade de observá-lo posto em ação, para além daquilo que está formalmente expresso nos documentos legais. Se fazem necessárias ponderações que pretendem objetivar e discutir as questões que envolvem os desafios de sua aplicabilidade, e os desdobramentos com o intuito (e não somente respostas completas) de considerações que agucem nosso olhar crítico sobre o tema proposto.

Sacristán traz a compreensão de que é preciso observar em torno do todo, para o que ele chama de Compreensão Processual, quando diz que “São diversas as circunstâncias que concorrem para que esta perspectiva não se assente na teoria e práticas curriculares.” (SACRISTÁN, 1998, p. 142). Desse modo entendemos que essas circunstâncias são relacionadas à burocracia escolar, onde o currículo deve ser cumprido e executado de maneira eficiente dentro dos objetivos requeridos, e a outra circunstância está relacionada ao que é desempenhado pelo professor, como a pessoa que executa o projeto curricular, sendo inclusive alguém que possa estar mais alinhado à realidade técnica da escola do que propriamente com as decisões e orientações escolares que são definidas.

O Ensino Médio, em seu modelo antes da Reforma, exercia o propósito de atender a duas situações bem distintas, a primeira que consistia em preparar o aluno para o mercado de trabalho e a segunda que consistia em fazer com que eles tivessem acesso ao ensino superior essencialmente público e gratuito. Acompanhando o processo de mudanças históricas, econômicas e sociais, o Ensino Médio também passou por transformações, e não se pode mais defini-lo para uma formação específica para a qual ele tinha inicialmente projetado para atender a cursos técnicos em Contabilidade, Magistério, Saúde etc.), mas agora uma formação generalizada.

O Artigo de número 35 da LDB, nos diz: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando prosseguimento dos estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. Temos aqui citadas as finalidades no Ensino Médio, dessa forma podemos começar a compreender que suas finalidades são realmente voltadas para preparar o aluno para a vida pós escola na educação básica, dentro das funcionalidades do senso crítico e de produtividade profissional.

Como sabemos, no ensino médio é necessária uma frequência mínima aliada a aprovação das disciplinas ministradas, com direito a recuperação. A Base Nacional Curricular definiu as seguintes disciplinas: língua portuguesa,

matemática, biologia, química, física, geografia, história, sociologia, filosofia, arte, educação física e uma língua estrangeira moderna, lembrando que a educação física no período noturno seria de caráter optativo.

Em 2007 o Ministério da Educação instituiu um plano de metas, que deveria ser executado em um breve espaço de tempo, entre elas podemos observar que ainda em dezembro de 2006 a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 205 instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e foi aprovada a proposta de um Ensino Médio integrado ao ensino profissionalizante.

Abrimos um parêntese para sinalizar que devemos ter atenção sobre o fato de que o ensino no Brasil sempre esteve associado a um processo histórico elitista e dominante, e mesmo com tantas mudanças em toda a construção do Ensino Médio, ainda vivemos um quadro elitista. É necessário entender os conceitos e necessidades do Ensino Médio, e para se ter a compreensão dessa transição, é primordial para a sociedade em sua construção. Analisar as mudanças entre Ensino Médio e Novo Ensino Médio é um instrumento de reflexão sobre as próprias mudanças na educação, pois as reformas na área educacional no Brasil vêm acontecendo em decorrência das mudanças em alguns países na América Latina, tendo em vista que o panorama mundial nos mostra uma desproporção entre a realidade da América Latina e os países desenvolvidos.

De acordo com essa realidade, houve o carecimento dessas modificações que exigem repensar os parâmetros curriculares e as diretrizes que orientam o Novo Ensino Médio. Pautado nessas mudanças, que seguem o aceleração das novas tecnologias que modificam a educação, sabemos que existe a construção histórica do ensino médio, onde podemos observar que nas décadas de 60 e 70 temos um ensino médio de características focadas na industrialização, enquanto nos anos 90 temos uma visão voltada para a produção de conhecimento através de um maior volume de informações relacionadas às novas tecnologias, mas segundo o PCN “Não se trata de acumular conhecimentos.” (PCN, 2001, p. 5), no entanto sabemos que nos princípios da educação, em adquirir conhecimentos básicos, é o que possibilitará novas tecnologias e a preparação científica.

“Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.” (PCN, 2001, p. 5)

Dessa forma as alterações que nos são apresentadas com o Novo Ensino Médio mostram a precaução com as novas formas de adquirir conhecimento, com as modificações estruturais através do desenvolvimento das capacidades, sendo necessário levar a educação as bases que orientam e reformulam a estrutura curricular do Ensino Médio desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96.

Para a aplicabilidade do Novo Ensino Médio é necessária uma ação que vise diminuir a desvantagem do Brasil frente aos países desenvolvidos em índices de escolarização, e por isso uma reforma na área educacional, que atenda as últimas demandas relacionadas as novas tecnologias na área da informática, que se apresenta como uma exigência chamada de “revolução da informática”. O Parâmetro Curricular Nacional de forma premonitória já havia sinalizado que: “É possível afirmar que, nas próximas décadas, a educação vá se transformar mais rapidamente do que em muitas outras, em função de uma nova compreensão teórica sobre o papel da escola, estimulada pela incorporação das novas tecnologias.” (PCN, 2001, p. 5).

Refletimos nessas construções que nos levam a ponderar que o Novo Ensino Médio tenha em seus objetivos trazer a equidade no sistema educacional brasileiro e ainda fazer com que o Brasil desponte em desenvolvimento em novas formas de conhecimentos e modificações que façam com que as relações sociais se desenvolvam para que o aluno tenha oportunidades para além de conseguimento dos conhecimentos básicos, e principalmente, “a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.” (PCN, 2001, p. 5).

As preocupações em proporcionar qualidade a esse Novo Ensino Médio são em decorrência de se perceber que os alunos precisam de novas possibilidades de criação e perspectivas ao encerrarem a educação básica. O conhecimento pode estar fora das instituições universitárias, bem como o futuro desses alunos e por isso trabalhar com este aluno outras vertentes de suas possibilidades é imprescindível para uma nova organização de trabalho e novas relações sociais. Mais

uma vez nos vem a reflexão sobre como o mundo do trabalho está relacionado à presença do aluno na escola, e no PCN podemos observar a investigação sobre essas exigências do mundo do trabalho.

“É possível concluir que parte dos grupos sociais até então excluídos tenha tido oportunidade de continuar os estudos em função do término do Ensino Fundamental, ou que esse mesmo grupo esteja retornando à escola, dada a compreensão sobre a importância da escolaridade, em função das novas exigências do mundo do trabalho.” (PCN, 2001, p. 6)

Os números mostram que a procura por concluir os estudos tem aumentado principalmente no turno noturno como mostra a pesquisa do INEP (O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) “...quando da avaliação dos concluintes do Ensino Médio em nove Estados, revelam que 54% dos alunos são originários de famílias com renda mensal de até seis salários-mínimos...” (PCN, 2021, p. 6), o percentual citado é referente ao ano de 2000.

Para a construção do projeto da reforma curricular do Ensino Médio uma equipe foi formada por técnicos da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e foram convidados professores de várias universidades do País, considerando as diferenças regionais para que esse currículo fosse possível de ser realizado em todos os Estados da federação.

“A metodologia de trabalho visava a ampliar os debates, tanto no nível acadêmico quanto no âmbito de cada Estado, envolvendo os professores e técnicos que atuavam no Ensino Médio. Os debates realizados nos Estados, coordenados pelos professores representantes, deveriam permitir uma análise crítica do material, contendo novas questões e/ou sugestões de aperfeiçoamento dos documentos.” (PCN, 2001, p. 7)

Através da Nova Lei de Diretrizes e Bases da e Educação Nacional de número 9.394/96, o Ensino Médio se torna Educação Básica, tornando sua efetivação um direito de todo cidadão como diz o trecho da Emenda Constitucional nº 14/96 “*a progressiva universalização do ensino médio gratuito*”. Este é o segundo momento de alteração no que diz respeito ao Ensino Médio, em 1971 temos a primeira alteração no então 2º grau que tinha como objetivo principal a profissionalização, em curto e médio prazos, nisto consistia que todas as escolas públicas deveriam tornar-se profissionalizantes neste nível do ensino. Caberia a elas escolherem os cursos que iriam oferecer, entre as mais de 100 habilitações variadas que podiam ser entre auxiliar de escritório, enfermagem, técnico em edificações, contabilidade ou até mesmo agropecuária. A certificado de habilitação profissional era o que o aluno receberia, e todas essas implementações estariam a cargo dos governos estaduais.

Com a mudança curricular de 1996, fica claro que haveria uma retomada da escola e do aluno, consistindo no domínio do segundo sobre sua vida e atuação profissional, pós educação básica, e não obrigatória como nos diz o PCN:

“A alteração provocada pela Emenda Constitucional merece, entretanto, um destaque. O Ensino Médio deixa de ser obrigatório para as pessoas, mas a sua oferta é dever do Estado, numa perspectiva de acesso para todos aqueles que o desejarem. Por sua vez, a LDB reitera a obrigatoriedade progressiva do Ensino Médio, sendo esta, portanto, uma diretriz legal, ainda que não mais constitucional.” (PCN, 2001, p. 9)

Um ano depois, em 1997, encerrava minha trajetória como aluna na educação básica em uma escola pública no interior do Amazonas, concluindo o Magistério, curso tido como profissionalizante no ensino médio, onde eu recebia a habilitação para lecionar em sala de aula, totalmente aquém das mudanças que já estavam sendo pesquisadas, elaboradas e constituídas para serem aplicadas nas escolas de todo o Brasil em futuro breve. O parecer foi aprovado em 1998.

IV. O NOVO ENSINO MÉDIO E O ESTADO DO AMAZONAS

Em 24 de novembro de 2022 alguns profissionais da educação que exercem suas funções na capital e em todos os municípios do Estado do Amazonas, participaram do fechamento da Formação Continuada de Implementação da

Reforma do Currículo e do Ensino Médio no Amazonas. Essa formação teve seu início em agosto de 2021, sendo realizada de maneira remota pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto e o Instituto Iungo, “A proposta é desenvolver uma capacitação que oriente os profissionais da educação sobre as práticas para o bom andamento do currículo do Novo Ensino Médio (NEM), que atualmente está sendo implementado nas escolas.” (SEDUC, 2022).

O Governo do Estado do Amazonas lançou em 2022 a Implementação da Reforma do Currículo e do Ensino Médio no Amazonas, esse material deve servir de referência para os estudos do NEM pelos professores e para conhecimento da comunidade em geral, fazendo parte das políticas oficiais de currículo, mostrando a centralidade na organização do currículo, observando-se, assim, que a Plano de Implementação tem a função de fomenta e efetivar a aplicação do NEM.

“Este Plano de Implementação (PLI) apresenta o resultado dos trabalhos do Comitê de Implementação da Reforma do Currículo e do Ensino Médio. O material apresentado traz subsídios para a tomada de decisão por parte da alta gestão da Secretaria de Estado de Educação e Desporto, no tocante à Reforma do Ensino Médio e Currículo.” (PLIAM, 2022 p. 9)

O mapa estratégico do Plano de Implementação que sinaliza, inicialmente, o Novo Ensino Médio parte de: Princípios norteadores, Premissas de Implementação e Metas anuais até 2025, que é o ano definido para implementação total nas escolas do país. E seus objetivos consistem em: - Nortear a implementação do Novo Ensino Médio. - Apresentar os diagnósticos da rede estadual de ensino, com o intuito de apoiar a tomada de decisão na organização da oferta do NEM, a partir de 2022; - Apresentar o desenho da Formação Continuada para a implementação do NEM e Currículo; - Apresentar o Plano de Comunicação e Mobilização da comunidade escolar; - Apresentar a arquitetura do Novo Ensino Médio, conforme Lei Nº 13.415/2017 e Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018; - Identificar a necessidade de adequação das normas vigentes aos novos marcos legais e normativos nacionais; - Propor cronograma de implementação. (PLI, 2009, p. 11)

Para a implementação do NEM, a SEDUC implantou a Formação Continuada e do Referencial Curricular do Ensino Médio sendo atribuído ao Centro de Formação Pe. José Anchieta – CEPAN e promovida através de parceria com o Instituto IUNGO. O objetivo da formação é orientar e capacitar acerca da implementação da nova construção do Ensino Médio e do Referencial Curricular Amazonense do Ensino Médio. Tendo como público-alvo: gestores, pedagogos e professores atuantes em escolas que oferecem o Ensino Médio.

No Amazonas, devido a sua realidade peculiar e distinta frente a outros Estados da federação, vem acompanhando essas transformações curriculares inicialmente com oficinas de capacitação, formação continuada promovidas pelas Seduc- AM para professores, coordenadores e gestores da rede estadual, com o intuito de auxiliar esses profissionais.

V. PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa é predominantemente qualitativa e seu procedimento consiste em coleta de dados que estão sendo realizados por meio de estudo de caso e está tendo até o momento como fontes: entrevistas estruturadas e observação não participativa.

O presente artigo relata parte de uma pesquisa de mestrado que vem sendo realizada há 10 meses, no primeiro momento o levantamento e leitura dos documentos oficiais acerca do Novo Ensino Médio, para melhor compreensão sobre a temática, no segundo momento a realização da pesquisa de campo em uma escola pública na cidade de Manaus que atende unicamente o seguimento do Ensino Médio. As técnicas para a coleta de dados consistiram na seguinte sequência: a Entrevista, a Observação não participativas. O método que está sendo utilizado para coleta compreende-se em uma pesquisa qualitativa, que “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (Creswell, p.26, 2010).

Nosso universo do campo de pesquisa se constitui através do seguinte processo metodológico: as entrevistas foram realizadas durante a semana, nos turnos: matutino, vespertino e noturno, inicialmente planejados e realizados entre os dias 01 de agosto e 22 de setembro de 2023, no espaço escolar, em horário de trabalho pedagógico – HTP do professor.

Em se tratando do espaço e universo amostral, a escola objeto de estudo possui o total de 44 professores exercendo função no Ensino Médio, desse total trinta e seis (36) atendem o 1º ano do Novo Ensino Médio. São doze (12) no turno matutino, quatorze (14) no vespertino e dez (10) no noturno. A escola possui três (03) turmas de 1º ano pela manhã, três (03) a tarde e duas (02) a noite.

Para esse estudo, seguimos o seguinte critério de escolha um (01) professor de cada uma das quatro (04) áreas de conhecimento, que atuem em um dos três (03) turnos na escola que atende especificamente o Ensino Médio. Se prontificaram a participar da pesquisa quatro (04) professores, dois (02) do turno matutino das áreas do conhecimento Linguagem e suas tecnologias e Ciências da Natureza e suas tecnologias, um (01) do vespertino na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e um (01) do noturno na área de Matemática e suas tecnologias. Os professores envolvidos na pesquisa são funcionários efetivos junto à SEDUC e estão atuando na educação pública a mais de dez (10) anos, os quatro (04) precisam estar ministrando aulas no 1º ano do Novo Ensino Médio em um dos três turnos.

Nosso critério de exclusão se deu através daqueles professores que não são efetivos na SEDUC, em seguida daqueles que não estão lotados no ano letivo de 2022 no 1º ano e por fim os que não quiseram participar após a apresentação do gestor da escola a sua equipe pedagógica e esse número amostral de quatro (04) professores foi o que se prontificou a contribuir com a pesquisa.

O primeiro método a ser utilizado consistiu em uma Entrevista Estruturada com todas as perguntas abertas, esse método irá nos proporcionar dados qualitativos, os quais serão examinados com técnicas de análise de conteúdo.

O escopo da entrevista foi composto por um total de seis (06) perguntas a respeito do âmbito escolar, a didática do processo, o processo de formação dos professores, e a previsão para a realização de cada entrevista é de 60 minutos.

O segundo método a ser utilizado é a Observação não participativa das aulas de professores do Ensino Médio da Escola Estadual Antônio Lucena Bittencourt. Para cada componente curricular estão sendo observadas 02 (duas) aulas de cada professor, e será feito um relatório de cada observação, com o objetivo de entender os professores atuando em suas práxis, com os conteúdos na grade curricular do Novo Ensino Médio.

Nesta etapa, a coleta de dados, segue os seguintes objetivos: a entrevista estruturada para coletar informações qualitativas a respeito do Novo Ensino Médio no processo ensino-aprendizagem, e a observação não participativa para entender como o professor conduz sua prática docente e como os alunos reagiram as mudanças trazidas com o Novo Ensino Médio.

Os dados coletados por intermédio das entrevistas serão examinados com o objetivo de entendermos os desafios trazidos com a implementação do Novo Ensino Médio. A Análise dos Dados ocorrerá fundamentada nos pressupostos teóricos de Bardin (2004), e elaboraremos categorias de análise experimental. Em resumo, as categorias de análise definidas a partir dos dados coletados.

Dessa forma, efetivaremos os registros e, para a organização das análises dos dados, iniciaremos a partir do problema científico: Quais os desafios que o Novo Ensino Médio tem apresentado no processo ensino-aprendizagem com professores e alunos do 1º ano do Novo Ensino Médio em uma escola pública de Manaus?

A análise de conteúdo segundo Bardin, consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico, iniciando com uma pré-análise, onde os documentos, hipóteses são formuladas e são criados objetivos para a pesquisa; no segundo momento há exploração do material, onde são aplicadas as técnicas direcionadas de acordo com os objetivos; e pôr fim a abordagem dos resultados e as interpretações sobre eles.

A cada etapa que foi construída para o roteiro é regida por normas direcionadas, que são usadas em pesquisas qualitativas. A pré-análise consiste em fases esclarecidas por Bardin (1977), são elas:

- 1- Leitura flutuante;
- 2- Escolha dos documentos;
 - a. Regra da exaustividade;

- b. Regra da representatividade;
- c. Regra da homogeneidade;
- d. Regra da pertinência;
- 3- Formulação de hipóteses e dos objetivos;
- 4- Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores;
- 5- Preparação do material.

A Regra de representatividade consiste na exploração do material construído, e a Regra de Homogeneidade, é a forma como será tratado os resultados alcançados e em sequência a interpretação desses resultados, que devem ser ao propósito teórico, que irá nos permitir ao avanço das resoluções da pesquisa. Em seguida, passaremos a trajetória percorrida e a análise dos dados. Usando da categorização temática, segundo Bardin (1977), para tratamento dos resultados, elencamos três categorias para a consequência da análise: **Novo Ensino Médio, Professores e suas práticas, Aluno desejado.**

VI. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Como professora da educação básica a quase vinte (20) anos nos deparamos com muitas realidades em variadas escolas de diferentes zonas da cidade de Manaus, nos deparamos com muitos acontecimentos que no fazem refletir sobre nossas próprias decisões e concepções em sermos professora.

Quando pensamos o problema científico, imaginamos que seria olhar e analisar o outro professor sendo observado e pesquisado na imparcialidade, e assim estamos fazendo, mas não sabíamos dos embates até chegarmos ao momento do trabalho de campo. Para realizar uma pesquisa de campo numa escola estadual é necessário inicialmente uma autorização da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas -SEDUC na pessoa da Secretária de Educação, protocolado com o Projeto de Pesquisa e uma carta manuscrita solicitando permissão para ir à escola que foi escolhida antecipadamente mediante levantamento das escolas que atendem unicamente o Ensino Médio na Coordenadoria Distrital II que atende a zona centro sul da cidade. Definimos o local da pesquisa pelo critério de exclusão que segue o seguinte método: Quantos professores de cada escola tiveram formação sobre o Novo Ensino Médio? Junto a assessoria de Projeto da Coordenadoria ficou definido a Escola Estadual Antônio Lucena Bittencourt por ter em seu quadro de professores seis (06) que participaram diretamente desde as primeiras formações realizadas pelas Secretaria.

A liberação para ter acesso a escola demorou cerca de cinco (05) meses para finalmente adentramos o espaço para pesquisa de campo, onde inicialmente tivemos que ter a autorização do gestor da escola através da Carta de anuência solicitada pelo Conselho de Ética na Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas, com a assinatura do gestor começamos a organizar a seleção que já foi citada no nosso percurso metodológico, ou seja, nosso primeiro embate se deu por termos conseguido apenas quatro (04) professores para as entrevistas e como descrevemos em nosso percurso cada um (01) desses profissionais de uma área específica do conhecimento na nomenclatura da BNCC, ou seja, Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

Nossos desafios iniciam para conseguirmos convencer esses professores a cederam um tempo de duas Horas de Trabalho Pedagógico- HTP, pois com a jornada corrida era necessário nos adequarmos ao dia da semana que eles estariam dispostos, como na escola não havia um local com isolamento de som para as gravações das entrevistas, dependíamos da disponibilidade de qualquer ambiente naquele momento, para nos precaver já tínhamos um aplicativo de gravação de qualidade para captação de som.

Durante as entrevistas percebemos o receio inicial em todos os entrevistados em falarem, ficaram receosos, pediram para que seus nomes não fossem divulgados, o que já está no documento do CEP que foi assinado por cada um para conceder a entrevista e a observação de suas aulas. Até o momento não conseguimos concluir as observações

mínimas de duas aulas de cada professor devido a inúmeros contratempos das atividades escolares e ausência dos professores nos dias que nos foram permitidos estar na escola de acordo com horário de cada professor nas turmas de 1º ano. Foram dois (02) professores do turno matutino, um (01) do turno vespertino e um (01) do turno noturno. Essa condição nos permitiu uma maior celeridade para iniciar a pesquisa, mas não sua conclusão.

Ouvindo as falas dos professores percebemos que o receio e a vontade caminham juntos em suas falas que já foram transcritas para os dados parciais da pesquisa. Os desafios se fazem presente mesmo com a liberação da SEDUC e autorização dos gestos, pois a dinâmica do cotidiano escolar está para além dos documentos oficiais que nos permitem a pesquisa científica.

IV. CONCLUSÕES

O espaço da escola que propicia conhecimento e transformações é dinâmico ao mesmo tempo em que é determinado por horários definidos no plano pedagógico. E por isso os desafios como pesquisadora nos fazem compreender que apesar de todo planejamento em cronograma para pesquisar, estamos cientes que essa organização temporal da pesquisa depende de fatores externos e internos.

Concluimos ainda que os professores possuem o anseio de serem ouvidos ao mesmo tempo do receio de falarem para serem escutados para além dos muros da escola. Como professora entendemos os anseios dos nossos pares e como pesquisadora aceitamos o desafio de construir dados científicos através das coletas dos relatos e observações.

O Novo Ensino Médio em suas perspectivas traz novas formas de pensarmos como funciona a escola e o cotidiano, esperamos que o resultado de nossa dissertação possa contribuir para que professores sejam ouvidos, visto serem eles que os desafios diários dessa transformação curricular.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade do Estado do Amazonas e ao Grupo de Pesquisa Alternativas Inovadoras para o Ensino de Ciências Naturais na Amazônia – AIECAM, na pessoa da líder do grupo Professora Doutora Josefina Barrera Kalhil.

REFERENCIAS

BRASIL, Secretaria de Estado da Educação (2001). Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação: introdução. 3ª ed. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

COLL, C. (1997). Psicología y curriculum una aproximación psicopedagógica a la elaboración del curriculum escolar. Barcelona: Paidós.

CRESWELL, John W. (2010). Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto/ John W. Creswell; tradução Magda Lopes; 3. ed. -Porto Alegre: Artmed.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (2002). História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Thomson, Pioneira.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO CURRÍCULO E DO ENSINO MÉDIO NO AMAZONAS. SEDUC (2022). Disponível em: <file:///C:/Users/profp/Downloads/PLIAM.pdf>. Acessado em: 30 de maio de 2023.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (1993). Resumo: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO. Paidéia – FFCLRP USP – Rib. Preto, 4 Fev/Jul 1993.

SACRISTÁN, J. Gimeno (1998). Compreender e transformar o ensino/ J. Gimeno Sacristán e A.J. Pérez Gomez; tradução Ernani F. da Fonseca Rosa – 4ª ed. – Artmed.

SACRISTÁN, J. Gimeno (Org) (2013). Saberes e Incertezas sobre o currículo. Editora Penso. Tradução: Alexandre Salvaterra. São Paulo.

SAVIANI, Demerval (1991). Que é Educação Segundo Demerval Saviani. São Paulo, São Paulo: Vozes.

SAVIANI, Dermeval (2013). Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras Aproximações. 11.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados.

SEDUC (2022). Novo Ensino Médio: professores da rede estadual participam de última formação de 2022. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/novo-ensino-medio-professores-da-rede-estadual-participam-de-ultima-formacao-de-2022/>. Acessado em 30 de maio de 2023.